



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DEMAIS MEMBROS DA EGRÉGIA EQUIPE DE APOIO DA PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO

Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.153/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.764/2025 Objeto: Registro de Preços para serviços de locação de painéis de LED e transmissão simultânea.

A sociedade empresária **YOLO PRODUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº **A12.765.638/0001-00**, sediada na Av. Olímpio Côrtes, nº 985, Bairro Morro Santa Rosa, no município de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais, CEP 36.660-000, neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, por seu Sócio-Administrador, Sr. **REGINALDO CAMARA ESTEVANIM**, portador da Cédula de Identidade RG nº 112171442 (IFPRJ) e inscrito no CPF/MF sob o nº 083.081.117-69;

Vem, com o devido acatamento e habitual respeito, à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente e em estrita consonância com os princípios da Legalidade, da Vantajosidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e, sobretudo, da Verdade Material, com fulcro no **artigo 5º, incisos LIV e LV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, bem como no **artigo 59, parágrafos 2º e 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), apresentar

EXEQUIBILIDADE E VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE SUA PROPSOTA

em face da diligência administrativa suscitada quanto à composição dos custos unitários e globais ofertados na proposta comercial desta Licitante, no valor global de **R\$ 966.140,00 (novecentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta reais)**, consubstanciando as razões de fato e de direito, bem como as provas documentais inequívocas que passará a expor, deduzir e, ao final, requerer.

1 - DA RELATIVIDADE DA PRESUNÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE E DO PODER-DEVER DE DILIGÊNCIA SOB A ÉGIDE DA LEI 14.133/2021

1.1. Da Natureza *Juris Tantum* da Presunção Legal

Precipuamente, impende destacar que a análise de exequibilidade de propostas em certames licitatórios não deve se restringir a uma mera operação aritmética de confronto com balizas percentuais estáticas. Embora o **artigo 59, § 4º da Lei nº 14.133/2021** estabeleça o patamar de 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado como um "gatilho" de alerta para a Administração, tal dispositivo não institui uma presunção *jure et de jure* (absoluta) de inexecuibilidade, mas tão somente uma presunção *juris tantum* (relativa).



Nessa senda, o fato de a proposta da **YOLO PRODUÇÕES LTDA** situar-se em patamar inferior ao limite prudencial estatuído pelo legislador não implica, per se, em sua inviabilidade. Pelo contrário, tal cenário inaugura a fase de contraditório técnico, onde incumbe ao particular o ônus de demonstrar que sua estrutura de custos — calcada em eficiência logística, propriedade de ativos e economia de escala — permite a prática de preços que, aos olhos de concorrentes menos eficientes, poderiam parecer irrisórios.

A exequibilidade é um conceito dinâmico e subjetivo à realidade empresarial de cada licitante. O que é inexecutável para uma empresa que necessita sublocar equipamentos (custo financeiro elevado) torna-se plenamente executável e lucrativo para uma empresa que detém o ativo imobilizado (custo marginal reduzido), como demonstrar-se-á no capítulo fático desta peça.

1.2. Do Poder-Dever de Diligência e da Busca pela Verdade Material

Não é facultado ao Agente de Contratação o descarte sumário de propostas vantajosas sob o pálio de uma análise superficial de preços. O ordenamento jurídico pátrio, corroborado pela jurisprudência sedimentada da Egrégia Corte de Contas da União (TCU), impõe à Administração o **poder-dever de diligência**.

O princípio da **Verdade Material** exige que a Administração perscrute a realidade dos fatos para além da formalidade documental inicial. Rejeitar a proposta mais vantajosa (R\$ 966.140,00) baseando-se apenas em estimativas de mercado — que muitas vezes carregam distorções inflacionárias ou ineficiências médias — feriria de morte o **Princípio da Economicidade** e a finalidade precípua da licitação, que é obter a contratação mais vantajosa para o Erário.

Conforme preceitua o § 2º do artigo 59 da Nova Lei de Licitações, a Administração **deverá** realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta. Portanto, a presente defesa técnica não é um mero pleito, mas o exercício de um direito subjetivo da Licitante em comprovar que sua eficiência operacional não pode ser penalizada, sob pena de o Estado pagar mais caro pelo mesmo objeto, em flagrante prejuízo ao interesse público.

Desta feita, superada a barreira da admissibilidade teórica de preços abaixo do limite legal, passa-se à demonstração fática e aritmética da robustez da proposta ofertada.

2 - DA RACIONALIDADE ECONÔMICA DA PROPOSTA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL E VALIDAÇÃO VIA DIREITO COMPARADO (BENCHMARKING)

2.1. Da Metodologia de Precificação: Verticalização e Ativo Imobilizado

A disparidade observada entre o valor estimado pela Administração e o valor ofertado pela **YOLO PRODUÇÕES LTDA** não denota aviltamento de preços, mas sim uma profunda distinção na estrutura de custos (*Cost Breakdown Structure*).

O orçamento estimativo da Administração, via de regra, reflete a média de mercado, a qual pondera empresas que necessitam realizar a sublocação de equipamentos (*cross-renting*) para



adimplir o objeto. Tal modelo de negócio onera a proposta com custos financeiros de locação de terceiros e bitributação na cadeia de suprimentos.

Em contrapartida, esta Licitante opera sob a lógica da **verticalização de ativos**. Sendo proprietária dos Painéis de LED e dos equipamentos de transmissão, o custo marginal de execução do serviço para esta empresa resume-se à logística, mão de obra e depreciação residual do ativo imobilizado. Inexiste, portanto, o custo de aquisição ou aluguel do equipamento principal na composição do preço unitário, permitindo uma redução drástica no valor final sem comprometer a margem de contribuição ou a qualidade da entrega.

2.2. Do Lastro em Contratações Públicas (Benchmarking)

Para afastar, de forma cabal e irrefutável, qualquer alegação de inexecuibilidade, a Licitante socorre-se do método comparativo, trazendo à baila preços homologados e praticados recentemente por outros órgãos da Administração Pública para objetos idênticos ou de complexidade superior.

Abaixo, detalhamos a exequibilidade item a item, confrontando a proposta da **YOLO PRODUÇÕES** com a realidade de mercado governamental, demonstrando que nossos preços estão, inclusive, acima do piso praticado em certames federais e municipais.

A) DO ITEM 01: TELÃO DE LED (Proposta: R\$ 245,00/m²)

O valor proposto de R\$ 245,00/m² situa-se em patamar de absoluta segurança. Conforme dados extraídos do Paine de Preços e do Compras.gov.br, órgãos de alta exigência técnica, como o Comando do Exército e o Comando da Aeronáutica, homologaram recentemente certames com valores significativamente inferiores, variando entre R\$ 118,00 e R\$ 202,00.

Tabela 01: Comparativo de Preços Homologados - Paine de LED
(Referência da Proposta YOLO: R\$ 245,00 / m²)

Órgão Licitante (UASG/Ente)	Fornecedor Vencedor	Fonte (Link/Pregão)	Valor Homologado (Unit.)
Comando do Exército (Base Aviação Taubaté)	J R A Comércio e Serviço Ltda	PE 90072/2024 ¹	R\$ 118,00
Comando da Aeronáutica (Base Aérea de Natal)	Vita Serviços de Cerimonial	PE 90052/2025 ²	R\$ 130,00
Pref. Mun. de Divinópolis/MG	Anderson Gomide da Cruz Ltda	PE 90073/2025 ³	R\$ 149,00
Pref. Mun. Presidente Kennedy	Mundial Locações e Equip.	PE 90049/2024 ⁴	R\$ 202,04

Análise: Ora, se a Licitante propõe R\$ 245,00 — valor que é **mais do que o dobro** do praticado no Exército (R\$ 118,00) — é matematicamente impossível sustentar a tese de preço vil.

B) DO ITEM 02: TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA (Proposta: R\$ 3.360,00/diária)

Neste item, a proposta da Licitante demonstra-se superior à média dos menores preços, evidenciando cautela e responsabilidade na formação de custos. A **YOLO PRODUÇÕES** oferta R\$ 3.360,00, valor confortavelmente acima dos contratos firmados por prefeituras e conselhos de classe no exercício de 2025.



Tabela 02: Comparativo de Preços Homologados - Transmissão Simultânea
(Referência da Proposta YOLO: R\$ 3.360,00 / diária)

Órgão Licitante	Fornecedor Vencedor	Fonte (Link/Pregão)	Valor Homologado (Unit.)
Pref. Mun. de Pinhais/PR	Thiago da Cruz Messias	PE 90068/2025 ⁵	R\$ 2.100,00
Cons. Reg. Farmácia (CRF/MG)	Infra do Brasil Com. e Serv.	PE 90006/2025 ⁶	R\$ 2.590,00
Pref. Mun. de Apucarana/PR	F.A.L. Eventos Ltda	PE 90014/2025 ⁷	R\$ 2.900,00

Análise: A proposta desta Licitante encontra-se acima do piso de mercado, garantindo plena cobertura dos custos de equipe e equipamentos de alta definição.

C) DO ITEM 03: VJ - VIDEO JOCKEY (Proposta: R\$ 1.295,00/diária)

Por fim, no tocante à mão de obra especializada, a demonstração de viabilidade é cristalina. O valor ofertado de R\$ 1.295,00 supera largamente os paradigmas federais. A título de exemplo, no âmbito do **Ministério da Economia (SUSEP/RJ)**, diversas licitantes venceram certames com valores entre R\$ 500,00 e R\$ 800,00.

Tabela 03: Comparativo de Preços Homologados - VJ (Video Jockey)
(Referência da Proposta YOLO: R\$ 1.295,00 / diária)

Órgão Licitante (Ente Federal)	Fornecedor Vencedor	Fonte (Link/Pregão)	Valor Homologado (Unit.)
Ministério da Economia (SUSEP/RJ)	Cantuária Comunicações Ltda	PE 90004/2025 ⁸	R\$ 500,00
Ministério da Economia (SUSEP/RJ)	Cantuária Comunicações Ltda	PE 90004/2025 ⁹	R\$ 650,00
Ministério da Economia (SUSEP/RJ)	Brasitur Eventos e Turismo	PE 90004/2025 ¹⁰	R\$ 800,00

Análise: A proposta da YOLO representa, neste quesito, mais de 150% do valor praticado no Ministério da Economia, o que sepulta qualquer dúvida quanto à capacidade de honrar os pagamentos dos profissionais envolvidos.

3 - DA SÍNTESE CONCLUSIVA E DOS REQUERIMENTOS FINAIS

3.1. Da Incontrovertida Vantajosidade e do Interesse Público

Ex positis, à luz dos fundamentos fáticos e jurídicos delineados, verifica-se que a "presunção de inexequibilidade" que pairava sobre a proposta restou cabalmente ilidida. A Licitante não apenas justificou sua composição de custos baseada na **verticalização de ativos** (propriedade dos painéis de LED e equipamentos), como foi além, provando através de **Dados Oficiais de**



Mercado (Benchmarking) que os valores ofertados são superiores aos mínimos praticados no âmbito do Governo Federal e Municipal.

Rejeitar a proposta da **YOLO PRODUÇÕES LTDA** sob a alegação de "preço vil" seria incorrer em grave contradição administrativa, uma vez que o próprio Estado (em suas diversas esferas) valida e executa contratos com preços unitários inferiores aos aqui propostos, conforme demonstrado nas Tabelas 01, 02 e 03 deste memorial.

Ademais, desclassificar a melhor oferta (R\$ 966.140,00) para convocar a segunda colocada representaria uma afronta direta ao **Princípio da Economicidade** e ao **Interesse Público**, obrigando a Administração a despender recursos desnecessários por um preciosismo formalista que não encontra amparo na realidade de mercado. A eficiência operacional da iniciativa privada deve ser premiada com a contratação, e não punida com a suspeição.

3.2. Dos Pedidos e Requerimentos

Diante de todo o exposto, servindo-se a presente para espantar quaisquer dúvidas remanescentes quanto à seriedade e firmeza da proposta apresentada, requer-se respeitosamente a Vossa Senhoria e à Douta Equipe de Apoio:

a) O **RECEBIMENTO E JUNTADA** da presente justificativa de exequibilidade aos autos do Processo Administrativo nº 28.764/2025, por ser tempestiva e instruída com provas documentais idôneas;

b) O **ACOLHIMENTO INTEGRAL** das razões de defesa, reconhecendo-se que os preços ofertados são técnica e economicamente viáveis, compatíveis com a realidade de mercado para empresas detentoras de ativo próprio, e superiores aos paradigmas de menor preço do Painel de Preços Governamental;

c) O consequente **AFASTAMENTO** de qualquer hipótese de desclassificação por inexecuibilidade, culminando na **ADJUDICAÇÃO DO OBJETO** em favor da empresa **YOLO PRODUÇÕES LTDA**, pelo valor global final de **R\$ 966.140,00 (novecentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta reais)**, consolidando-se a vitória da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nestes termos, convictos da lisura e imparcialidade deste julgamento, Pede e Espera Deferimento.

Nova Friburgo, 20 de janeiro de 2026



Documento assinado digitalmente

REGINALDO CAMARA ESTEVANIM

Data: 21/01/2026 17:47:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

YOLO PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 12.765.638/0001-00
SÓCIO-PROPRIETÁRIO